

Relação de forças torna mais viável a confrontação

10 JUL 1983 Celso Furtado *

O debate sobre a dívida externa dos países latino-americanos vem sendo complicado pela excessiva importância que se atribui ao FMI. Em seus 40 anos de existência, essa instituição em nenhum momento desempenhou papel relevante na solução das crises ocorridas nas relações financeiras internacionais. Nos anos 50, quando se reconstruiram as economias da Europa Ocidental e do Japão, os graves problemas do balanço de pagamentos foram resolvidos sem que ela fosse consultada. Nos anos 60, quando se manifestou a insuficiência de liquidez internacional e, mais adiante, quando o dólar deixou de ser uma moeda «escassa» para tornar-se superabundante, tampouco o Fundo desempenhou qualquer papel regulador. A desvinculação do dólar do padrão ouro, em 1971, e a flutuação dessa moeda a partir de 1973 também se fazem à revelia dessa instituição.

Mas se o Fundo não tem expressão em si mesmo, ele pode servir para encobrir a realidade. É o que vem ocorrendo a partir do momento em que o Governo dos Estados Unidos houve por bem utilizá-lo em apoio aos bancos transnacionais, como instrumento de intervenção nos países sobreendividados do Terceiro Mundo. Dessa forma, uma instituição que fora criada para promover a cooperação internacional transformou-se em instrumento de intervenção externa em determinados países.

A ninguém escapa que, quaisquer que sejam os erros deste ou daquele governo, a crise atual é essencialmente um problema de insuficiência ou inadequação da regulação das relações internacionais. Não se ignora que os bancos emprestaram em grande escala para assegurar o fluxo de exportações dos grandes países industrializados, que se empenhavam em reequilibrar suas balanças de pagamentos após a primeira brusca elevação dos preços do petróleo. Tampouco se ignora que a política recessiva do Governo norte-americano de 1980-82 modificou os preços relativos internacionais contra os países do Terceiro Mundo e impôs aos países endividados um escorchantre imposto sob a forma de inusitada elevação das taxas de juros.

Ora, um problema internacional somente comporta dois tipos de solução: a cooperação ou a confrontação. Quando se fecham as portas da cooperação, não resta senão escolher entre formas de confrontação. Se o Governo brasileiro optou pela submissão total diante dos credores não foi porque julgou que essa era a melhor saída para o Brasil. Até 1982 houve muita relutância e repetidas afirmações de membros do Governo de que «não iríamos ao FMI». A submissão produziu-se em face de ameaças de retaliação. «O País seria excluído da comunidade internacional», «ficaríamos privados de petróleo», «passaríamos por um ralo», e coisas similares que criaram um clima de temor, particularmente no mundo dos negócios. Houve, portanto, confrontação, seguida de submissão. Já em 1980 e 1981 o País havia sido punido com elevados spreads e comissões no rolamento da dívida, havendo o custo de novos empréstimos atingido 24%. Também na primeira rodada de renegociações, em 1982, o Brasil foi punido com as condições mais onerosas impostas a um país latino-americano.

Assim, a resistência foi vencida e o Brasil submeteu-se à vontade dos credores, aceitando que recaísse sobre o seu povo todo o peso de um ajustamento que visa compensar a insuficiência de regulação internacional. A recente adesão do Brasil à advertência de quatro presidentes latino-americanos aos credores e à carta enviada por um número maior de países aos chefes de Estado e Governo reunidos em Londres foi o primeiro reconhecimento pelo Governo brasileiro de que, por mais que haja mascarado a situação, estamos vivendo uma confrontação que nos é imposta.

Existe uma clara percepção na comunidade financeira internacional de que a política de transferir todo o peso do ajustamento para os mais fracos não pode levar muito longe. Como dizia há pouco no *New York Herald Tribune*, Carl Gewitz, «estamos apenas adiando o dia do juízo final». Existem, em realidade, dois problemas. O primeiro diz respeito às relações dos bancos credores com seus respectivos bancos centrais. O segundo se circunscreve às relações desses mesmos bancos credores com os países devedores. Enquanto não se resolve o primeiro problema, os bancos credores tudo farão para manter o segundo em suspenso. É que eles são, tecnicamente, o elemento mais frágil da cadeia, pois têm em carteira uma grande massa de papéis cuja validade funda em simples ficção contábil, ademais de se refinanciarem no mercado financeiro internacional, onde os depositantes manipulam grandes massas de dinheiro. Se existem nos Estados Unidos leis que punem os que veiculam rumores que abalam o crédito de agentes, tais leis não se aplicam fora do país. Há pouco vimos como rumores dessa ordem surgidos na Suíça abalaram o Manufactures Hanover, quarto maior banco norte-americano. Os bancos transnacionais se deslocam no fio de uma navalha: de um lado está a pré-insolvência de grandes devedores e de outro a apreensão e fugacidade de detentores de grandes pacotes de depósitos no mercado internacional.

* Artigo publicado na edição de julho de Economia em Perspectiva, do Conselho Regional de Economia, de São Paulo.